



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

10/08/2016 - CUT

Câmara tira recursos da educação e saúde para pagar juros

Parlamentares votaram com Temer a favor da PEC que tira investimento em recursos públicos

Ao aprovar a admissibilidade da PEC 241/16 (Proposta de Emenda à Constituição), nesta terça-feira (9), a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania) da Câmara dos Deputados mandou um recado aos brasileiros: para a base do governo golpista, pagar juros é mais importante do que oferecer serviços de qualidade à população.

Com 33 votos a favor e 18 contra, a medida aprovada limita o crescimento de gastos públicos federais por 20 anos e acaba com o investimento obrigatório na saúde pública e educação vinculado às receitas, conforme prevê a Constituição.

De acordo com o relatório do deputado federal Danilo Forte (PSB-CE), o aumento da aplicação de recursos em saúde e educação está proibido e se limitará à correção pela inflação do ano anterior.

Agora o projeto passará por uma comissão especial e depois será votado em dois turnos na Câmara.

Ainda ruim

Também nessa terça, o deputado Espiridião Amin (PP-SC) apresentou o relatório do PLP 257/16 (Projeto de Lei Complementar 257/16, do Executivo), de negociação das dívidas dos estados e arrocho do funcionalismo.

Foi retirada do texto a obrigatoriedade de congelar o reajuste salarial dos servidores por dois anos para os estados e o Distrito Federal que renegociarem a dívida com a União. Porém, foi mantida a condicionante de os gastos primários e, conseqüentemente, os aumentos aos trabalhadores não excederem a correção pela inflação pelos próximos 24 meses.

Outra condicionante que ficou de fora foi a alteração na Lei de Responsabilidade Fiscal responsável por incluir na contabilidade os custos com trabalhadores terceirizados.

Para a secretária de Relações do Trabalho da CUT, Graça Costa, os projetos tem como meta rasgar o atual modelo de desenvolvimento e estabelecer uma nova ordem.

“O que está em curso nesses projetos é a modificação do estado brasileiro. Até agora, tínhamos um

modelo que apostava em políticas sociais para combater a desigualdade. Com a aprovação da PEC 241 e do PLP 257 isso acaba. Se com o aumento do investimento em educação, que passou de R\$ 24 bilhões para R\$ 94 bilhões durante os governos Lula e Dilma, não atingimos ainda um patamar satisfatório, imagina com o congelamento dos investimentos por 20 anos”, apontou.

Para o Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), apesar de não haver um dispositivo que impeça a realização do concurso público, a medida tende a impedir isso, já que o limite de reajuste vai barrar qualquer investimento em infraestrutura.

“A PEC foca no ajuste de valores aplicados pela União em setores essenciais, especialmente para a população mais pobre, como serviços públicos de saúde, educação e segurança, e prioriza o pagamento de juros e da dívida pública. Na prática, o governo interino segue o eixo de deslocar recursos da parte social do orçamento, considerados já insuficientes, para o setor privado”, define o assessor parlamentar do Diap, Neuriberg Dias.

Reação do funcionalismo

Diante dos retrocessos, a reação do funcionalismo deve ser a unidade. Em reunião nesta quarta-feira (10), na capital federal, o Fórum dos Servidores Federais discute uma data de mobilização nacional que amplie a pressão para além dos gabinetes dos deputados, como destaca o secretário-adjunto de Relações do Trabalho da CUT, Pedro Armengol.

“Com o teto de despesas para o servidor, não precisa nem proibir o reajuste, porque não terão mesmo dinheiro para investir. Então, o Fórum dos Federais, que já está integrado à paralisação nacional em defesa da democracia e contra a retirada de direitos, no próximo dia 16, também definirá um ato unificando todas as esferas do funcionalismo aqui em Brasília. Temos que fazer um trabalho de dentro para fora da Câmara ou será o fim do serviço público no Brasil”, apontou.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

11/08/2016 - CUT

Fascistas alimentam mito da corrupção para sangrar o país com sonegação e juros

Combate à corrupção não pode atender interesses de um grupo ou de uma pessoa

O fascismo vive, historicamente, de grande absurdos e de um processo crescente, paroxístico, de negação da realidade, que troca a verdade por um determinado paradigma mítico que a substitui na mentalidade dos povos, levando-os a cometer supremas imbecilidades.

O movimento que levou Mussolini ao poder se baseava, entre outras coisas, na ideia de que um dos povos mais misturados do planeta, nos últimos dois mil anos, o italiano, situado no encontro de todas as esquinas do mundo – a África e a Europa, o Oriente e o Ocidente, o Leste e o Oeste – fosse descendente puro dos romanos, já então miscigenados de escravos e bárbaros por gerações que habitaram a Península Itálica há 2.000 anos.

Isso, na crença da improvável hipótese de que um país recém-unificado há poucas décadas, mergulhado ainda na miséria e no analfabetismo, que exportava pobres para todos os continentes, estivesse predestinado a reeditar o poder da Roma Antiga e conquistar o mundo.

A Alemanha Hitlerista apropriou-se de um símbolo hindu, a suástica, criado por um povo de pele morena, magro, de cabelos escuros e com ele consolidou uma mitologia nórdica de cabelos loiros e olhos azuis, que já vinha de obras como a Cavalgada das Walquirias ou o Anel dos Nibelungos, de Wagner, para erguer como insuperáveis monumentos ao ódio, ignorância, preconceito e morte as chaminés dos fornos crematórios de Maidanek, Treblinka, Birkenau, cujo principal papel era o de transformar vida – amores, esperanças, memórias, sonhos, homens, mulheres e crianças – em cinzas e fumaça.

No Brasil de hoje, o oportunismo e um mal disfarçado fascismo desenvolveram uma ideia mestra com a qual pretendem chegar ao poder: a de que a corrupção é culpada por todos os males brasileiros e que todos os defeitos e problemas serão definitivamente sanados quando ela for eliminada para sempre da vida nacional.

Desde 2013, pelo menos, uma parcela aparentemente preponderante do Ministério Público e dos juizes federais, aliada aos segmentos dominantes de uma mídia manipuladora e irresponsável e a um verdadeiro exército de "colunistas", "especialistas" e "filósofos" conservadores, mendazes, hipócritas ideologicamente e anacronicamente anticomunistas, destituído de qualquer compromisso com o desenvolvimento do país ou a preservação de um mínimo de governabilidade, estão defendendo esse mito, movendo uma das maiores campanhas institucionais e midiáticas já vistas no mundo, destinada a fazer o país acreditar que a corrupção é o maior problema nacional e que ela pode ser erradicada por obra e graça de algumas mudanças na lei e o trabalho repressivo conduzido por meia dúzia de salvadores da pátria.

Nada mais errado, equivocado e perigoso.

A corrupção, por mais que queiram nos fazer crer certos segmentos da plutocracia e seus apoiadores, naturalmente interessados em pintar o diabo pior do que parece e exagerar o mal em seu próprio benefício, uns, para se supervalorizarem, outros para chegar ao poder, outros, ainda, para destruir adversários ideológicos que não conseguem derrotar nas urnas, não é, insistimos, nem de longe, o maior problema brasileiro, nem o de outro país.

Difícilmente ela vai ser totalmente eliminada um dia, como mostra a sua ubíqua, universal, presença, comum e inerente à sociedade humana, de forma amplamente disseminada, em qualquer nação do mundo, independentemente de sistema político ou grau de desenvolvimento, seja na Europa da Itália da Operação Mãos Limpas ou da Grã-Bretanha em que se pagam orgias com prostitutas com verba do Parlamento, ou em potências espaciais e atômicas, como a Rússia, a China e os Estados Unidos.

LEIA MAIS EM:

<http://cut.org.br/noticias/fascistas-alimentam-mito-da-corrupcao-para-sangrar-o-pais-com-sonegacao-e-juros-9b97/>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

12/08/2016 - Telesíntese

PL 3453: aliados do governo tentam reverter decisão que adia a tramitação do novo Marco de Telecom

A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados autorizou que o projeto que pretende mudar o marco legal de telecom - com o fim das concessões das telefonia fixa e conseqüente venda dos ativos que pertencem a essas concessões; e a renovação perpétua das frequências e posições orbitais - seja analisado por uma terceira comissão temática, surpreendendo o governo, o mercado e seus aliados, que têm pressa na tramitação da proposta. Agora, vão tentar reverter a decisão da Mesa.



Os parlamentares diretamente envolvidos com a discussão da proposta do novo marco legal das telecomunicações – que prevê o fim das concessões das telefonia fixa e conseqüente venda dos ativos que pertencem a essas concessões; e a renovação perpétua das frequências e posições orbitais – vão tentar, na próxima semana, reverter a decisão da Mesa Diretora, que aprovou o pleito da Comissão de Finanças e Tributação para que o PL 3453 (de autoria do deputado Daniel Villela/PMDB-GO) também seja analisado por essa comissão.

Governo, aliados parlamentares e mercado foram surpreendidos na quarta-feira desta semana quando tomaram conhecimento da decisão da Mesa Diretora

da Câmara dos Deputados, aprovando o pleito da comissão. Isso porque o governo tem pressa para que o projeto saia da Câmara, e quanto mais comissões temáticas o projeto tramitar, mais demorado fica.

Uma possibilidade de o projeto de lei tramitar mais rápido na Câmara seria através de Comissão Especial, quando quatro comissões temáticas (excluída a CCJ) se unem para analisar a mesma proposição. Mas para esse PL, a Mesa Diretora negou o mesmo pleito da comissão de Defesa do Consumidor, mantendo a tramitação em apenas três comissões específicas.

Isso significa, na prática, que o PL, depois de analisado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, (onde está agora por articulação do próprio governo que queria fazer emendas ao projeto do deputado Vilela), vai ainda para a outra comissão, que não tem a mesma pressa. Na de Desenvolvimento Econômico, as emendas já foram apresentadas, e o seu relator, deputado Laercio Oliveira, estava pronto para votar o relatório final o mais rapidamente possível.

O surgimento dessa nova comissão quebra todos os prazos para esse ano. É bom lembrar que o novo plano de banda larga que está sendo elaborado pelo governo Temer, no MCTIC, conta mesmo com os recursos dos bens reversíveis, pois, dinheiro novo para esses investimentos, já avisou a área econômica, não há.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

12/08/2016 - Telesíntese

Receita da Nextel cai quase 20% no 2º tri

Empresa registrou aumento do churn, encolhimento da base de usuários e redução da receita média por cliente. Em compensação, conseguiu cortar despesas no país e reverter o prejuízo operacional registrado em junho de 2015 por lucro.

A Nextel Brasil registrou uma queda na receita da ordem de 19,8% no segundo trimestre deste ano, em relação ao mesmo período de 2015. Ao final de junho, a operadora somou vendas totais de US\$ 243,1 milhões. Os dados foram divulgados pela

controladora NII Holdings, norte-americana, nesta quinta-feira, 11. Por isso os resultados já estão convertidos do Real para Dólar.

Nos meses de abril, maio e junho, a operação brasileira teve OIBIDA (lucro operacional antes de depreciações e amortizações) de US\$ 24,2 milhões. O resultado é muito melhor que o prejuízo visto no ano anterior, nos mesmos meses (-R\$ 78,8 milhões).

Para conseguir o feito, a empresa reduziu custos. O subsídio a smartphones praticamente acabou, representando custo de US\$ 2,8 milhões, ante R\$ 48,3 milhões um ano antes. As despesas administrativas também encolheram, de US\$ 207,7 milhões no segundo trimestre de 2015, para US\$ 126 milhões agora.

A receita média por usuário (ARPU) caiu no período, de US\$ 20 ano passado, para US\$ 19 em 2016. Também diminuiu a base de usuários da empresa, que tinha 4,42 milhões de acessos em 2015, e registrou 3,84 milhões de assinantes ao final de junho. A maior perda aconteceu entre os usuários iDEN (rádio), que antes representavam quase metade da base total, e agora são cerca de um terço (1,12 milhão). Os assinantes 3G cresceram, somaram 2,7 milhões, ante 2,25 milhões um ano atrás.



O churn da empresa também aumentou no período, atingindo 3,99% – era de 3,54% no segundo trimestre de 2015.

Controladora

Como a NII Holdings tem como ativo apenas a Nextel Brasil, os números são praticamente os mesmos. A receita

caiu para US\$ 249,2 milhões no segundo trimestre, ante US\$ 320 milhões um ano antes. As despesas foram cortadas quase à metade, para US\$ 278 milhões. E o prejuízo operacional foi de US\$ 28,8 milhões, com OIBIDA de US\$ 14,6 milhões. O prejuízo líquido ficou em US\$ 9,9 milhões – um ano antes, beneficiada pela venda de ativos, somou US\$ 2 bilhões. O CAPEX no período foi de US\$ 4 milhões.

A empresa também obteve repactuação de acordos com bancos credores no Brasil, Banco do Brasil e Caixa, para o pagamento da dívida. Os acordos jogam para dezembro a data de medição da relação dívida EBITDA da operadora, que não deverá passar de 3,5x. A empresa tem cerca de US\$ 1,15 bilhão em dívidas, pouco mais de US\$ 700 milhões de longo prazo.

A NII também deu mais detalhes sobre o acordo de RAN Sharing feito com a Vivo, e já aprovado pela Anatel. Pelo contrato, válido por 10 anos, a Nextel vai pagar R\$ 800 milhões à Telefônica Vivo. Desse total, deverá desembolsar R\$ 250 milhões já neste ano. O negócio, afirma, vai reduzir custos com manutenção de equipamentos em áreas de baixa demanda.

[Errata: Ao contrário do escrito inicialmente, o churn cresceu para 3,99%, e não 4,46%. Este é o percentual do churn visto entre usuárisiDEN].



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Convergência Digital - 12/08/2016

Justiça Federal de SP regulamenta teletrabalho

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) regulamentou o teletrabalho no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região, que envolve os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. A resolução nº 29/2016, com as diretrizes trabalho remoto entrarão em vigor em 15 de setembro próximo.

O teletrabalho envolve as atividades dos servidores que podem ser realizadas à distância por meio eletrônico e não inclui as atividades que, em razão da natureza do cargo ou das atribuições, são desempenhadas externamente às dependências do órgão. Nos setores em que haja atendimento ao público externo e interno, será mantida a capacidade plena de funcionamento.

A realização do teletrabalho é facultativa, a critério dos gestores das unidades, e exige como meta desempenho até 30% superior a dos servidores que executam as mesmas atividades nas dependências do órgão. Por isso mesmo, o teletrabalho será restrito às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, preferencialmente, aqueles que demandem maior esforço individual e menor interação com outros servidores, como elaboração de minutas de decisões, de pareceres e de relatórios.

A resolução também limita em 30% a quantidade de servidores em teletrabalho por unidade de lotação, podendo ser admitida, excepcionalmente, o aumento para 50%, mediante solicitação fundamentada da unidade interessada. Os servidores indicados para esse regime deverão

ser aprovados pelo Diretor-Geral no Tribunal e Diretores do Foro nas Seções Judiciárias.

A publicação também instituiu a Comissão de Gestão do Teletrabalho com o objetivo de analisar os resultados apresentados pelas unidades participantes, em

avaliações periódicas, e propor os aperfeiçoamentos necessários; apresentar relatórios anuais à Presidência do TRF3, com os resultados obtidos; e analisar e deliberar sobre dúvidas e casos omissos.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) já normatizou o teletrabalho no Poder Judiciário por meio da Resolução 227/2015. A implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJ-e) também impulsionou o trabalho à distância. A meta da atual gestão do TRF3 é expandir o PJ-e a todas as subseções dos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Terão prioridade na indicação e admissão para o teletrabalho os servidores com deficiência; que tenham filhos, cônjuge ou dependentes com deficiência; gestantes e lactantes; e que preencham os requisitos para o gozo do direito de licença para acompanhamento de cônjuge.





Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

12/08/2016 - Vermelho

Temer elevará tarifas de luz antes de privatizar distribuidoras

Eletrobras fará uma revisão das tarifas de energia de seis concessionárias para torná-las mais atraentes ao setor privado; privatização deverá ocorrer até o fim de 2017.

A Eletrobras decidiu que não vai prorrogar as concessões de seis de suas empresas de distribuição de energia no Norte e Nordeste e vai privatizá-las até 31 de dezembro de 2017. Antes disso, porém, as seis distribuidoras terão suas tarifas elevadas, para que passem a ser atraentes para o setor privado. Com esses aumentos, a expectativa é que essas companhias passem a ser lucrativas.

Só no primeiro trimestre deste ano a Eletrobras registrou um prejuízo líquido de R\$ 3,894 bilhões. Nos três meses anteriores, as perdas foram de R\$ 10,44 bilhões, impactadas pelo reconhecimento de baixas contábeis em ativos, principalmente a usina nuclear de Angra 3, e provisões bilionárias. Para diminuir seus prejuízos, a Eletrobras pretende vender a Companhia Energética do Piauí (Cepisa), Companhia Energética de Alagoas (Ceal), Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre), Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), Boa Vista Energia e Amazonas Distribuidora de Energia.

Segundo o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, o objetivo é que a privatização das empresas só ocorra depois do reajuste e da revisão das tarifas: "Não estamos dizen-



do que a revisão vai resolver tudo, mas a expectativa é que, quando você faz a transferência de controle, especialmente de empresas que não têm um bom desempenho sob o ponto de vista econômico-financeiro, o comprador enxerga um potencial de melhoria da gestão daquela empresa", disse Rufino.

Os reajustes aplicados ainda neste ano. A revisão está prevista para agosto do ano que vem. A Aneel deverá abrir em duas semanas audiência pública para propor um regulamento para estabelecer como as distribuidoras poderão fazer financiamentos, usando, por exemplo, recursos do fundo setorial Reserva Global de Reversão (RGR). Uma das alternativas é que os recursos da RGR sejam repassados diretamente para os credores das distribuidoras, como forma de empréstimo. "Nossa ideia é colocar um rigor, quase uma exigência de que ela esteja adimplente para liberar o recurso", acrescentou Rufino.

Segundo Rufino, o desempenho dessas distribuidoras será monitorado pela Aneel até a venda: "Na visão do governo, a solução virá com a transferência do controle. Essa é uma situação precária, provisória. Vamos ter de administrar para não piorar a situação e não colocar em risco a prestação do serviço".